

“O Elixir da Vida”: curas anunciadas nos periódicos diamantinos do século XIX

Keila Auxiliadora Carvalho¹
Ramon Felipe de Souza²

DOI: 10.14393/CPCDHIS-v29n2-2016-10

Resumo: A legitimação do saber médico científico envolveu uma gama de estratégias buscando inserir a medicina no universo cultural das sociedades, no Brasil do século XIX este processo já estava em curso. No presente artigo analisaremos uma série de anúncios de um medicamento intitulado *Elixir M. Morato*, amplamente divulgado em jornais que, no século XIX, circularam na cidade de Diamantina, interior do estado de Minas Gerais. Nosso objetivo será mostrar que, embora os médicos denunciasses aqueles que praticavam a cura na informalidade, o faziam a partir de uma linguagem muito próxima dos curadores populares, valendo-se de seus argumentos e, muitas vezes, perpassando o universo das crenças populares. Assim, expressões como: santo remédio, milagre, erva indígena, entre outras, eram largamente utilizadas pelos doutos na arte de curar.

Palavras-chave: Imprensa. Medicamentos. Médicos. Curadores populares.

Abstract: The legitimization of scientific medical knowledge involved a range of strategies seeking to enter medicine in the cultural universe of populations. In nineteenth-century Brazil this process was already underway. In this article we will review a series of ads for a drug called *Elixir M. Morato*, widely reported in newspapers in the nineteenth century, circulated in the city of Diamantina, interior city in the state of Minas Gerais. Our goal will be to show that although doctors denounce those who practiced healing in informality, they did from a very close language of folk healers, taking advantage of their arguments and often permeating the universe of popular beliefs. Thus, expressions like: holy medicine, miracle, indigenous herb, among others, were widely used by scholars in the art of healing.

Keywords: Press. Medicines. Medical. Folk healers.

Introdução

A cidade de Diamantina, localizada no Vale do Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais, antigo Arraial do Tijuco, foi um dos primeiros e mais importantes aglomerados urbanos do Norte de Minas. Por isso mesmo, constitui-se como um espaço privilegiado para analisar aspectos relativos à integração da referida região ao “ideal de civilização” que fora construído pelas elites brasileiras, sobretudo após a chegada da corte portuguesa no país.

Sobre este espaço geográfico, podemos dizer que a bacia do Rio Jequitinhonha foi, por séculos, ocupada por populações indígenas (SERVILHA, 2012). Porém, com a chegada dos portugueses, no início do século XVIII, devido à descoberta de ouro e diamantes na região, passou a haver o contato estreito entre três grupos fundamentais para a formação do povo brasileiro, quais sejam: o indígena, o africano e o europeu. Tal contato, somado à escassez de

¹Doutora em História Social. Professora Adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. keilaacarvalho@gmail.com

²Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz /Fiocruz. ramon.felippe@live.com

médicos e medicamentos, fez emergir na região uma arte de curar, complexa e singular (RIBEIRO, 1997).

Nesse contexto, o saber popular sobre a cura fazia parte do dia-a-dia das pessoas. Segundo Almeida, pelo menos, desde o período colonial era a medicina popular quem detinha o “governo da multidão”, ou seja, a hegemonia da escolha da população ante as ofertas de cura (ALMEIDA, 2010). Assim, o cientificismo médico-acadêmico, por outro lado, não podia simplesmente denunciar tais práticas como “charlatanismo” ou “ignorância popular” uma vez que isso implicaria em confronto direto com os hábitos da maior parte da população. Desse modo, os médicos viam-se obrigados a dialogar com a tradição popular. Corroborando com a perspectiva de Hochman e Armus, os quais salientam que, em se tratando de aspectos relativos à saúde e doença, observamos uma espécie de negociação entre múltiplos atores (HOCHMAN; ARMUS, 2004).

Nesse intento, em busca de maior legitimidade e com a crescente valorização do saber científico (RIBEIRO, 1997), a ciência médica buscava lançar meios para reivindicar seu espaço e, ao mesmo tempo, se distanciar de elementos que a associassem a práticas populares. Para isso, como estratégia, desenvolveu formas de se aproximar de alguns elementos dos práticos populares, tais como: a fé, o uso de determinadas ervas e simbologias, muitas vezes, associadas à cultura indígena, por exemplo. Assim, de certa forma, conforme Márcia Ribeiro, até meados do século XIX, o saber oficial médico e o saber popular mantinham-se indissociáveis.

Neste artigo trataremos justamente desta lógica, ou seja, esse “jogo dos homens com os signos” (BENSA, 1998), criados a partir de um saber “oficial” nos quais estão implícitas negociações que gradativamente consolidaram discursos que causaram impactos na sociedade, criando determinadas “verdades”. Nesse sentido que consideramos que os aspectos relacionados à saúde e doença, não são neutros, mas sim, historicamente construídos (HOCHMAN; ARMUS, 2004).

Nessa linha, em busca de um espaço legítimo, aumentou-se o apelo, por parte dos médicos, para a criação de uma legislação que lhes garantisse o controle das práticas de curar, ou seja, o monopólio deste ofício. Essa premissa foi constante nos discursos médicos e, enquanto não ocorriam mudanças na legislação (PIMENTA, 2003), desqualificar as práticas de cura populares em periódicos, fora a principal estratégia médica para consolidar seu discurso como hegemônico.

Portanto, neste artigo iremos analisar uma série de anúncios de um medicamento intitulado *Elixir M. Morato*, amplamente divulgado em periódicos da cidade de Diamantina. Nosso objetivo será mostrar que, embora os médicos denunciassem aqueles que praticavam a cura na informalidade, o faziam a partir de uma linguagem muito próxima dos curadores populares que, de modo geral, perpassava o espaço da fé. Assim, expressões como: *santo remédio, milagre, erva indígena*, entre outras, eram largamente utilizadas pelos doutos na arte de curar.

A imprensa diamantinense

Como salientamos a cidade de Diamantina, desde sua origem, foi um importante centro político-administrativo na região do Norte de Minas. Com a decadência de sua principal atividade econômica – a mineração – outras atividades foram sendo desenvolvidas como alternativa econômica de “sobrevivência” da cidade e seu entorno. Foi no bojo destas transformações econômicas que se processou a transição para novos padrões de vida e reordenação dos espaços urbanos (MAGNANI, 2004).

Assim, à medida que população da cidade e circunvizinhanças crescia, surgiam também novas demandas de serviços diversos, os quais eram difundidos com o auxílio da retórica da “expressiva imprensa local” (MAGNANI, 2004). Sobre isto, é importante salientar que em Diamantina, bem como em seu entorno, o veículo de imprensa possuía uma forte tradição, haja vista que o antigo Arraial do Tijuco foi o terceiro lugar de Minas Gerais a instalar a “gloriosa filha de Guttenberg” (LASMAR, 2000), no ano de 1828.

Dentre os serviços anunciados nos jornais, podemos destacar o modelo de atendimento médico itinerante que, segundo Betânia Figueiredo (FIGUEIREDO, 2005), dava-se a partir do deslocamento do agente de cura em direção aos seus pacientes, prática que se prolongou pelo século XX. Ainda de acordo com a autora, ao oferecer seus serviços nos jornais da cidade os médicos itinerantes se disponibilizavam a atender tanto nos limites do perímetro urbano quanto nas regiões circunvizinhas. O anúncio na imprensa era a principal forma de divulgação do serviço médico “especializado”, um exemplo interessante sobre isto é o do notável caso do polonês Chernoviz, tratado por Betânia Figueiredo como o médico mais popular do país no século XIX, o qual, quando não podia prestar seus serviços itinerantes, “se fazia presente” por meio de suas publicações, em especial a de um dicionário de medicina popular³.

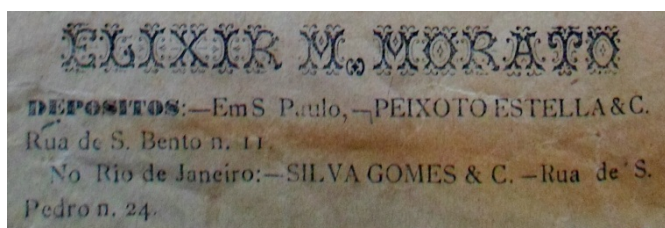
3Ibid. Segundo Betânia G. Figueiredo, o polonês Pedro Luis Napoleão Chernoviz foi o autor mais popular de livros sobre medicina acessíveis a leigos, no século XIX. Antes dele, existia pouca publicação do gênero no Brasil. A maior parte dos manuais era em francês e, mesmo quando traduzidas, guardavam as especificidades do

Assim, médicos, doutores, farmacêuticos, boticários entre outros, faziam fama com determinados medicamentos e com os relatos e agradecimentos de moribundos que haviam sido curados pelos mesmos. Desse modo, os anúncios eram abundantes nas páginas de periódicos e, para esta pesquisa, nos atentamos especificamente em três periódicos da cidade de Diamantina, quais sejam *A cidade de Diamantina*, *O Cathólico* e *O Município*, disponíveis na Biblioteca Antônio Torres⁴.

Ainda sobre a imprensa é importante salientar que ela cria representações por meio de sua retórica, ou seja, “certo modo de ‘ver as coisas’” ou “de dá-las a ver” (BARROS, 2011, p. 48). E como salienta Chartier (CHARTIER, 2002), as representações são determinadas por interesses de grupos específicos, o que corrobora com nossa perspectiva de que os periódicos constituíram-se como o espaço de luta, negociações e debates entre práticos populares e os médicos que visavam se instituir como os detentores legítimos do saber curar.

Venâncio (VENÂNCIO, 2013) destaca que a expansão do público letrado no Brasil ocorreu, principalmente, a partir do século XIX. Por esta afirmação, podemos refletir sobre o alcance da imprensa no período que analisamos em Diamantina, considerando também que a leitura poderia ser individual ou coletiva, pois um letrado, por exemplo, poderia ler um determinado livro ou periódico para os não letrados (BARROS, 2011).

Levando em conta as considerações supracitadas, procederemos à análise de alguns anúncios do medicamento *Elixir M. Morato* nos periódicos de Diamantina. Após os relatos de cura que precediam o seu nome, o anúncio indicava o endereço para depósitos e pedidos, como podemos observar na foto abaixo:



Fonte: (*Cidade de Diamantina*, 25/06/1893: p.4)

país de origem.

⁴Criada em 1954, a Biblioteca Antônio Torres (BAT) é vinculada à 13ª Superintendência Regional do IPHAN em Minas Gerais. Tem a finalidade de zelar e enriquecer o acervo bibliográfico do escritor Antônio Torres e promover a propagação da cultura popular na região. A BAT possui um acervo que conta com 88 títulos de jornais.

Por certo, considerar o papel da imprensa diamantinense, é uma forma de promover o alargamento acerca da compreensão sobre uma possível inserção da região no processo de afirmação das elites médicas do período como “produtoras de conhecimento” (DUARTE, 2004).

O abençoado remédio: a cura anunciada nos periódicos diamantinenses

Como viemos salientando, os médicos, no referido contexto, não possuíam o “governo da multidão” e, para alcançar o espaço de legitimação, lançaram mão de alguns argumentos comuns ao universo popular que comungavam valores herdados de uma arte de curar complexa, recheada de elementos culturais africanos e indígenas. Para elucidar, podemos recorrer ao anúncio apresentado pelo periódico *Cidade de Diamantina* em 25 de Junho de 1893, cujo título fora “Milagre”:

Eu pensei que morreria podre de tantos humores que soffri e de feridas antigas que tantas me deram. Hoje graças ao remédio indígena, o Elixir M. Morato, propagado por Doutor Carlos, estou curado e tenho saúde que farte para viver feliz. Abençoado remédio – Elixir M. Morato. Taubaté⁵.

No anúncio, o elemento indígena é usado para atrair o público, visto que, como já destacamos a habilidade de curar dos indígenas já havia se consolidado na cultura popular. Além deste aspecto, é importante considerar que o “abençoado remédio indígena” fora aprovado por um Doutor, no caso, o Doutor Carlos, esta é uma retórica muito interessante, pois nos permite inferir que a intenção era atribuir credibilidade ao produto, “associando-o ao nome de um médico ou estabelecimento médico conhecido” (PIMENTA, 2004, p. 82).

Nesse sentido, percebemos que o anunciante de medicamentos precisava de algo que convencesse o consumidor e, além disso, promovesse a divulgação do saber médico-acadêmico como o verdadeiro e único capaz de curar. De modo geral, segundo Tânia Pimenta, havia duas formas de convencer o consumidor, uma delas, conforme já apresentamos, era associando o medicamento ao nome de um “doutor” – leia-se médico; a segunda e a mais utilizada, consistia em publicar nos periódicos relatos de agradecimentos de pessoas curadas pelo produto anunciante. Com isso, observamos que, gradativamente, a imprensa fora um palco de disputas entre os médicos e o saber popular. Nos frascos de novos medicamentos tornava-se comum o “apelo à ciência” e as referências a títulos como “doutor” ou “professor” como forma de caracterizar a natureza “científica” do produto (BERTUCCI, 2003).

⁵*Cidade de Diamantina*, 25/06/1893: p.4.

O objetivo era atingir os que constantemente recorriam às práticas populares de cura, fazendo com que abandonassem tais práticas e optassem pelo “saber legítimo”, vindo dos “doutores”. Contudo, a ideia de que a medicina poderia exercer controle sobre a população, definindo o que é prejudicial à sua saúde, interferia diretamente no universo cultural dos mesmos. E, este aspecto, nos permite entender que de fato os médicos já desfrutavam de enorme autoridade moral nas últimas décadas do século XIX. Esta autoridade fora se expandindo, passando a atuar tanto nos assuntos referentes à cura quanto à prevenção de doenças. Esta tendência pode ser observada na edição de 25 de maio de 1895, de *O Município*, onde são apresentados alguns “mandamentos da hygiene” moderna, admoestando a população de que por meio de “prescrições tão fáceis de obedecer”, poderia o “homem fruir, por largo tempo, a única, a mais soberana riqueza que lhe foi concebida – a saúde”. São nove recomendações, as quais transcrevemos abaixo:

- 1º) Limitar o consumo de carne, abolindo completamente a de porco.
- 2º) Comer pão simples poucas vezes, torrado, quantas quiser.
- 3º) Só comer frutas muito maduras, a maior parte das vezes cozidas.
- 4º) Não entreter o estomago com café ou chá simples, e sim com chocolate.
- 5º) Dar às crianças, de manhan, uma chicara de caldo, com farinha de aveia, bem cosida ou de mistura com o leite, depois de bem fervido.
- 6º) Reduzir, o mais possível, toda a ingestão do álcool ou bani-lo completamente o que é o verdadeiro, o unico segredo da saúde.
- 7º) Despir-se por inteiro á noite, ao deitar-se, não conservando uma jóia, um unico adorno; muito menos objectos perfumados.
- 8º) Banhar-se todos os dias na agua fria ou quando muito levemente tépida.
- 9º) Ter como primeiro cuidado abrir a janella do quarto, o mais cedo que for possível⁶.

Como já destacado Le Goff (LE GOFF, 1985), em cada época são construídas compreensões sobre as doenças e, por conseguinte, sobre a saúde. Desta perspectiva, é importante salientar que nos mandamentos de hygiene acima, algumas recomendações perdem o sentido em nossos dias. Porém, entendemos que as mesmas possuíam implicações no momento em que foram apresentadas aos leitores, pois, o texto/discurso assume uma forma peculiar de recepção dependendo do contexto no qual estão inseridos os interlocutores, já que o texto expressa um interesse e um objetivo através do qual a sociedade tenta compreender a si mesma. A maioria das recomendações carrega, ainda hoje, certo grau de inteligibilidade, pois, o consumo de carnes vermelhas continua sendo visto por algumas pessoas como prejudicial à saúde e, no caso da carne suína, recomenda-se consumir bem cozida devido ao

⁶*O Município*, 25/05/1895: p. 3

risco de vermes. A ingestão de farinha branca também é alvo de críticas, sendo recomendada sua substituição por farinha integral. A redução do consumo do álcool segue como recomendação importante para a manutenção da saúde. Não obstante, outras recomendações nos parecem mais “estranhas” tais como “consumir chocolate ao invés de chá ou café” ou dar preferência às “frutas cozidas”. Outras ainda acabam ganhando sentido se pensarmos no contexto em que estão sendo produzidas, dentre estas “tomar banho diariamente”, “abrir a janela do quarto” ou “alimentar as crianças com leite fervido”, sabemos que estas noções básicas de higiene e salubridade estavam sendo difundidas como mecanismos importantes de prevenção da saúde, sobretudo, a partir de fins do século XIX no Brasil.

A circulação destas “modernas dicas de higiene” nos permite também analisar sobre a rede de circulação de conhecimentos médicos no país, considerando que tais discussões não estavam ocorrendo apenas nos grandes centros, mas nos sertões, como em Diamantina, por exemplo. Obviamente, em cada local, as informações assumiam formas específicas, pois como salienta Kury (KURY, 2004), as práticas científicas cumprem funções locais.

Era comum os anúncios do *Elixir M. Morato*, do Doutor Carlos, virem acompanhados de relatos de pessoas de diferentes localidades que relatavam a eficácia do medicamento – Taubaté e Piragibú⁷, Capivaruy⁸ e Goyatacaz⁹. Outro elemento importante a destacarmos, refere-se à perspectiva proposta por Rubem Alves, quando apresenta-nos o que entende como *qualidade teológica dos remédios*. Na edição do *A Cidade de Diamantina* de 25 de Junho de 1893, o *Elixir M. Morato* aparece sob a caracterização de “abençoado remédio”, aliás, o próprio nome “Elixir” é uma palavra de origem árabe que se referia a um xarope místico - extraído da pedra filosofal - capaz de prolongar a vida (ALVES, 2008, p. 83). Assim, observamos o quanto o saber médico oficial - que se impunha gradativamente por meios dos anúncios dos jornais - não estava desassociado dos valores populares, os quais, de modo geral, perpassavam o espaço da fé, dos símbolos, da magia entre outros elementos.

Os diversos anúncios sobre o *Elixir M. Morato* levaram-nos a compreender o medicamento como um “Elixir da Vida”, pois, eram tantas as características positivas, bem como os relatos sobre a eficácia do remédio, que parecia mesmo ser um antídoto precioso para a cura de diversas doenças e preservação da saúde. Além disso, ganhava destaque a certificação de que o medicamento era aprovado por um Doutor, portanto, tinha origem

⁷*Cidade de Diamantina*, 25/06/1893: p. 4

⁸*Cidade de Diamantina*, 03/09/1895: p. 4

⁹*O Cathólico*, 24/09/1876: p. 3

científica e eficácia comprovada. Veremos a seguir alguns relatos de cura e elogios ao produto:

Descobriu-se Cura da Morphéa

É tomando – Elixir M. Morato, propagado por D. Carlos; O maravilhoso achado de um vegetal nas mattas de S. Paulo, de que é composto o ELIXIR M. MORATO, e suas experiências provaram que este remédio é o melhor depurativo para debelar todo o vírus syphilitico, o melhor anti-rheumatico e o único que tem curado a MORPHÉIA¹⁰.

Segundo o anúncio, o remédio era capaz de curar lepra (morphéa), sífilis e reumatismo. Além disto, o mesmo era composto por um maravilhoso vegetal, encontrado nas terras paulistas. Esta perspectiva apresentada no anúncio nos permite considerar o que temos tentado demonstrar, ou seja, o uso de determinadas estratégias do saber médico-acadêmico para se aproximar do saber popular, como é o caso do uso de plantas capazes de curar enfermidades, recorrente entre a população brasileira daquele período, sobretudo do interior do país.

A edição de 03 de Setembro de 1985 do *Cidade de Diamantina*, enfatiza que o abençoado *Elixir* fora aprovado pela Junta de Higiene da capital federal, o Rio de Janeiro. De acordo com Tânia Pimenta, a Junta de Higiene, a partir do século XIX, intensificou a pressão aos agentes não oficiais da arte de curar, assim, “os remédios deveriam ser apresentados à Junta com a receita e uma declaração das moléstias para que seriam próprios” (PIMENTA, 2004, p. 85). Obviamente, a Junta de Higiene não conseguia abranger todo o universo terapêutico da capital federal, quiçá de todo o país, mas se no referido anúncio a informação da aprovação pela Junta já era manifesta, tornava-se mais um elemento para que o anunciante comprovasse sua legitimidade, bem como demonstrasse que a medicina acadêmica detinha o monopólio sobre as práticas de cura.

Provam-no muitos attestados de médicos illustres e de pessoas que têm tido a felicidade de curar-se de tão terrível mal- a MORPHÉIA, com o uso deste medicamento. A aprovação da Junta de Hygiene do Rio de janeiro e a autorização do Governo, são uma garantia aos benefícios deste remédio. A felicidade da humanidade é a descoberta do Elixir M. Morato¹¹.

Os anúncios de produtos médicos criaram uma retórica que delineava a imagem da medicina como a ciência responsável por promover a cura das doenças. O “saber legítimo” vindo dos doutores era capaz de produzir medicamentos eficazes na cura de doenças que

¹⁰*Cidade de Diamantina*, 25/06/1893: p. 4.

¹¹*Cidade de Diamantina*, 03/09/1895: p. 4.

assolavam a população, eficácia que era “comprovada” pelos relatos de pessoas que haviam consumido o medicamento em diferentes partes do país. Por meio deste discurso, os médicos—ou doutores - procuravam fazer com que a população reconhecesse que eram os “verdadeiros” profissionais especializados na arte de curar, porém nos interiores, a hegemonia na cura ainda estava nas mãos de práticos populares. Estava, portanto, formado o campo de batalha no qual a medicina acadêmica teria que atuar, de anúncios de medicamentos os jornais passariam a ser palco de denúncias contra os praticantes “ilegais” de cura, que ganhariam a alcunha de “charlatães”, “mandigueiros”, “falsantes”, entre outros. Os médicos foram da legitimação ao combate, e a população atuou resistindo, ressignificando saberes e práticas e, algumas vezes, sucumbindo-se ao processo de controle sobre sua saúde.

Conclusão

As considerações acima nos permitem compreender que ainda nas primeiras décadas do século XIX, no Brasil, a medicina acadêmica não havia sido totalmente “desvinculada dos elementos mágicos e religiosos a que esteve associada até fins do século anterior” (ALMEIDA, 2010, p. 27). Significa dizer que as concepções religiosas, sejam orações, espíritos, simpatias e etc., ainda eram utilizadas na busca da cura e prevenção de determinados males físicos. Contudo, a partir da década de 1830, observamos um maior engajamento político, por parte dos médicos diplomados, em busca da construção de um monopólio na arte de curar se afastando destes elementos mágicos e religiosos, sobretudo em anúncios de medicamentos nos jornais.

Se havia a necessidade de anunciar as curas e os produtos médico-acadêmicos, significa que, a maior parte da população precisava ser convencida que o saber médico era o único “saber capaz de curar”. Como salienta Pimenta Tânia, “a população não associava competência terapêutica a um diploma oficial” (PIMENTA, 2003, p. 314), para que isso ocorresse fora um longo e complexo processo de luta, barganhas e negociações, as quais ganharam mais vigor a partir das primeiras décadas do século XX, principalmente, com o movimento sanitarista, pelo qual os médicos passam a se posicionar como parceiros do Estado na construção de uma ideologia da nacionalidade (CASTRO SANTOS, 2004).

Embora o campo da história da saúde e das doenças, especificamente, da medicina tenha sofrido um processo de expansão a partir da última década do século XX, ainda há poucos estudos que procuram compreender a influência das práticas populares de cura nas bases da medicina brasileira. Pois, conforme destacou Ferreira (FERREIRA, 2003), ciência

médica no Brasil fora forjadas pela convivência e combinação de três tradições culturais distintas: a negra, indígena e europeia, não obstante, é preciso que haja estudos que explorem melhor a relação entre elas. Esta perspectiva está em dia com a noção que explicitamos nesse artigo, qual seja de que até o início do século XIX a ciência médica e o saber popular de curar guardavam estreitas relações. Sobre esta questão, KapilRaj, ao tratar da circulação de conhecimentos entre Europa e Ásia, considera que a ciência ocidental exerceu violenta pressão sobre o que considerava “não científico” e como resultado, até os dias atuais, consideramos que a ciência é apenas um produto ocidental (RAJ, 2007).

Porém, como viemos salientando ao longo deste artigo, o próprio saber médico científico se apropriava de elementos populares para endossar seus argumentos. Foi, portanto, esta apropriação que acompanhamos nos periódicos que analisamos, estamos conscientes de que não esgotamos o tema, mas esperamos que tenhamos apontado para possibilidades de compreender que a história das práticas científicas é resultado do encontro, do cruzamento e circulação de diversos saberes.

Fontes de imprensa

A Idéa Nova, 04 de Abril de 1909.

Cidade de Diamantina, 25 de Junho de 1893.

O Cathólico, 24 de setembro de 1876.

O Municipio, 25 de maio de 1895.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Diádiney Helena de. *Hegemonia e contra-hegemonia nas artes de curar oitocentistas brasileiras*. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro. Casa de Oswaldo Cruz, 2010.

ALVES, Rubem. *Ostra feliz não faz pérola*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

BARROS, José D. A Nova História Cultural – Considerações sobre o universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.

BENSA, Alban. Da micro história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

CHARTIER, R. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DUARTE, Regina Horta. "Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte": a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 11(1):33-56, jan.-abr. 2004.

FERREIRA, Luiz O. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney (org.). *Artes de Curar no Brasil: capítulos de história social*. SP: Editora da Unicamp, 2003.

FIGUEREIDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FIGUEREIDO, Betânia Gonçalves. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. *Educar, Curitiba*, n. 25, Editora UFPR, 2005. pp. 59-73,

HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). Introdução. In: *Cuidar, controlar, curar - ensaios históricos sobre a saúde e doença na América Latina e Caribe*. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, 2004, pp. 109-129.

LASMAR, Jorge. *A Face Oculta da História: Padre Belchior Pinheiro de Oliveira – José Bonifácio de Andrada e Silva*. Líthera Maciel Editora Gráfica Ltda., 2000.

LE GOFF, Jacques (org.). *As Doenças tem história*. Lisboa: Terramar, 1985.

MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. *O Hospício da Diamantina – 1889 – 1906*. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2004.

MARQUES, Marília Bernardes. *Discursos médicos sobre seres frágeis*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2000.

PIMENTA, Tânia S. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney (org.). *Artes de Curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2003.

PIMENTA, Tânia S. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): 67-92, 2004.

RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações. A passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 24, 2007, pp.155-179.

RIBEIRO. Márcia Moisés. *A Ciência dos trópicos: A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1997.

SERVILHA, Mateus de Moraes. *Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região*. In: NOGUEIRA, M. D. P. [org]. *Vale do Jequitinhonha: Cultura e desenvolvimento*. – Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012.

VENANCIO, Giselle Martins. *Ler ciência no Brasil do século XIX: a Revista Popular, 1859-1862*. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol.20 (suplemento1):1153-1162, 2013.

Recebido em 10 de novembro de 2016
Aprovado em 20 de dezembro de 2016